

**Os jovens e os adultos que fogem da escola. A escola que expulsa os jovens e os adultos: reflexões sobre o abandono na EJA**

*Joaquim Cardoso da Silveira Neto*

*Maria Cleonice Nunes Andrade*

---

**Resumo**

Este trabalho apresenta, primeiramente, a história da Educação de Jovens e Adultos, e, segundo, o abandono escolar nesta modalidade. Isso porque o destaque que atualmente se dá a esta questão é imposto pela consciência crescente do importante papel que a educação desempenha nas profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais do país. É nesse particular, que o presente estudo discutirá o elevado índice de abandono na EJA do município de Fátima. O problema do abandono escolar da EJA tornou-se, portanto, uma realidade e merece atenção, pois os alunos precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Na construção deste artigo, a metodologia empregada foi a bibliográfica e, posteriormente, a pesquisa de campo, através da coleta de dados das atas de resultados finais do ano letivo de 2008 *in lócus*, acerca da EJA e dos índices de abandono. Assim, chegou-se à conclusão de que é urgente a revisão do material adotado bem como da formação dos docentes da EJA, apesar de a educação desse grupo específico ser elemento primordial nas relações humanas, políticas, econômicas, comportamentais, históricas e sociais. O presente texto evidenciou que o abandono configurou-se no maior problema na consecução das metas traçadas para o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos.

**Palavras-chave:** Adultos; Abandono; EJA

**Youth and adult school fleeing. The school that expelled youth and adults: thoughts about leaving the EJA**

**Abstract**

This paper first introduces the story of Youth and Adults, and second, school dropouts in this mode. That's because the emphasis is currently given to this question is required by the growing awareness of the important role that education plays in deep economic, social, political and cultural country. In this particular, that this study will discuss the high rate of abandonment in the city of Fatima EJA. The dropout problem in adult education has become, therefore, a reality and deserves attention, because students must work and study at the same time. In constructing this article, the methodology used was literature and, later, field research, by collecting data from the minutes of the final results of the 2008 school year in the locus, on the EJA and dropout rates. So come to the conclusion that it is urgent to review the material adopted and the training of teachers of adult education, although education of this particular group is a primordial element in human relations, political, economic, behavioral, social and historical. This paper showed that the abandonment was configured on the biggest problem in achieving the goals set for the target audience of Youth and Adults.

**Keywords:** Adults; Abandonment; EJA

---

O presente trabalho apresenta análise acerca do elevado índice de abandono na Educação de Jovens e Adultos do município de Fátima, pois a EJA deveria proporcionar um espaço para que o aluno pudesse perceber a necessidade de estar na escola. Como o abandono é alarmante, há de se rever toda a contextualização sócio-política que envolve essa modalidade de ensino.

Segundo Freire (1979, p. 72):

Os termos Educação de Adultos e Educação não-formal referem-se à mesma área disciplinar, teórica e prática da educação, porém com finalidades distintas. Esses termos têm sido popularizados principalmente por organizações internacionais – como a UNESCO – referindo-se a uma área especializada da Educação. No entanto, existe uma diversidade de paradigmas dentro da Educação de Adultos. A Educação de Jovens e Adultos compreende a educação formal e permanente, a educação não-formal e toda a gama de oportunidades de educação informal e ocasional existentes em uma sociedade educativa e multicultural, na qual se reconhecem os enfoques teóricos baseados na prática.

Refletindo sobre esses termos, o interesse pelo tema em questão surge a partir da necessidade e do contato com professores da EJA, do município de Fátima, Estado da Bahia. Por isso, ao longo desse artigo, objetivou-se conhecer e analisar as causas dessa problemática, os métodos e práticas educativas aplicadas pelos professores, bem como o material didático utilizado.

Para a realização desse trabalho, os estudos de Paulo Freire, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) bem como outras fontes de pesquisa serviram como base teórica. Nesse sentido, usamos como metodologia a pesquisa de campo, análise documental e estudo bibliográfico. Propôs-se, diante dessa temática, o seguinte problema: quais as causas do abandono escolar na Educação

de Jovens e Adultos do município de Fátima, Bahia no ano de 2008? É possível que estas causas sejam provenientes do baixo rendimento econômico das famílias ou ainda das práticas educativas realizadas nas salas de aulas e do uso de materiais didáticos inadequados à realidade dos alunos?

Segundo a problemática abordada, buscou-se esclarecer as causas reais; compreender a Educação de Jovens e Adultos sobre o ponto de vista da lei; destacar as concepções teóricas de Freire; fazer um levantamento acerca da EJA no município de Fátima na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Floriano Peixoto na zona urbana e, das práticas pedagógicas adotadas nesta escola.

O presente estudo buscou, ainda, compreender teórica e empiricamente as causas do problema, as metodologias e os recursos didáticos utilizados, visando atender ao princípio da adequação destes à realidade, à diversidade sociocultural e histórico-cultural dos jovens e adultos. Essa diversidade sociocultural passa a se constituir em novos referenciais conceituais significativos para se garantir a valorização da cultura local e regional na afirmação das identidades e dos valores de cada comunidade. Para atender a esses princípios, as propostas metodológicas da Educação de Jovens e Adultos devem ser diferenciadas, considerando que os jovens e adultos têm uma realidade cultural diferente.

Portanto, neste contexto de constantes mudanças, foi fundamental refletir sobre algumas possibilidades de se constatar as problemáticas que envolvem o abandono na educação dos jovens e dos adultos. Essa é uma problemática preocupante, no tocante a essa modalidade de ensino.

É nessa perspectiva, que esse trabalho tentou evidenciar as intencionalidades que definiram e constituíram os projetos de Educação de Jovens e Adultos, expondo diferenças e conflitos que influenciaram na maneira de pensar e fazer historicamente essa modalidade. No primeiro momento, trazemos algumas direções históricas sobre a Educação de Jovens e Adultos, passando por variados programas, mostrando a importância do papel exercido pelos jesuítas bem como o crescente valor de projetos de âmbito nacional como a Cruzada Nacional de Edu-

cação, a Bandeira Paulista de Alfabetização, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos e a Cruzada do ABC dentre outros até chegarmos ao ano de 2008, no município de Fátima, especificamente na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Floriano Peixoto e analisarmos o abandono escolar da EJA. Por fim, no segundo momento, traçamos algumas considerações e análises que possibilitaram novas reflexões sobre a problemática do abandono que vem se consolidando no maior empecilho que assola a EJA de Fátima, pois sabe-se que as causas do abandono são muitas, e vão desde as condições de vida dos indivíduos (parte) até as instâncias superiores da sociedade (totalidade).

### **Um pouco da história da EJA**

Na história da educação, em especial, a Educação de Jovens e Adultos, as questões históricas, culturais, políticas, sociais e econômicas têm causado muitas implicações no processo de alfabetização dos jovens e dos adultos. Assim, foi necessário adentrarmos um pouco na história da educação no Brasil e da EJA para entendermos melhor essa modalidade de ensino.

A partir da Primeira Guerra Mundial, intensificam-se campanhas contra o analfabetismo. Surgem então, os primeiros profissionais da educação nos anos 20. É nesse período que ocorrem mudanças significativas em prol da educação popular. Aparece o “entusiasmo pela educação”, movimento que tinha as pretensões do grupo industrial-urbano de organizar o poder político com interesses eleitorais para a União, auxiliando os estados em favor da educação popular. Em seguida, conforme Paiva (1987, p. 201), o “entusiasmo pela educação” foi enfraquecido pela guerra, e, aparece então um outro movimento denominado de “otimismo pedagógico” – que trazia as idéias da escola nova – que se transformou em “otimismo pedagógico”.

Com a Nova República, houve novas preocupações com a educação popular: preocupações com os profissionais da educação; influências dos educadores em benefício do ensino primário; educação

popular através do rádio, (que deu seu ponta-pé nos anos 20); o surgimento da Cruzada Nacional da Educação (1932), e posteriormente a Bandeira Paulista de Alfabetização – ambas com o intuito de amenizar o maior problema da nação – o analfabetismo.

Em meados dos anos 40, frente aos elevados índices de analfabetismo, a educação de adultos passa a ter uma maior relevância. É criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) – como uma tentativa de unir a educação popular com a educação de adultos.

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial em 1945, se reconhece a urgência de se pensar de forma ampla numa educação especificamente para os jovens e os adultos. Em 1945, inicia-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), só efetivada em 1947, durante o governo Dutra. O CEAA é apontado como a primeira grande campanha que envolve também o meio rural. Nos anos 1950, a Cruzada Nacional da Educação declara ser um perigo os semi-analfabetos, pois tornavam o país um celeiro de mão-de-obra incompetente.

De acordo com Pierrô, Jóia e Ribeiro (2001, p. 164):

A Campanha de 1947 deu também lugar a um campo de reflexão pedagógica em torno do analfabetismo e suas conseqüências psicossociais; entretanto, ela não chegou a produzir nenhuma proposta metodológica específica para a alfabetização de adultos.

Como a temática era profundamente de interesse nacional, após esse período entre e pós-guerras, várias campanhas foram criadas na tentativa de diminuir o número de analfabetos. Entre elas, pode-se e deve-se citar a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, no governo de Getúlio; Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), em 1958, no governo de Juscelino; Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo (MNCA), em 1962, e em 1963 as Comissões de Cultura Popular (CCP), ambas no governo de Jânio; e no pós-64, a Cruzada do ABC (Ação Básica Cristã), em 1964 e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967.

No início dos anos de 1960, especificamente 1962, entra em cena o educador pernambucano Paulo Freire, que apresenta um sistema de alfabetização que mais tarde veio a ser, talvez, a maior contribuição para a educação de jovens e adultos do país. Seu sistema uniu teoria da comunicação com a didática contemporânea e psicologia moderna, possuindo por base idéias pedagógicas e filosóficas bem construídas.

Paulo Freire (2005, p. 56), ao tecer uma análise da conjuntura educacional brasileira, afirmou:

No Brasil, quando pensava nas possibilidades de desenvolver um método com o qual fosse possível para os analfabetos aprender facilmente a ler e escrever, percebi que a melhor maneira não era desafiar o espírito crítico, a consciência do homem, mas (e é muito interessante ver como mudei) procurar introduzir, na consciência das pessoas, alguns símbolos associados a palavras. E, em um segundo momento, desafiá-las criticamente para redescobrir a associação entre certos símbolos e as palavras, e assim apreendê-las.

Segundo Paiva (1987, p. 234), tratando sobre Paulo Freire:

Seu trabalho envolvia os “Círculos de Cultura” e os “Centros de Culturas”, locais onde aconteciam os organizados grupos de debates. Seu método era baseado no universo vocabular da sua clientela. Uma de suas experiências na aplicabilidade de seu método de alfabetização aconteceu em Angico – Rio Grande do Norte, o qual alfabetizou cerca de 400 alunos/alunas trabalhadoras e/trabalhadoras em 40 horas. Mas foi também nesse período que ocorreram as primeiras limitações do estado com relação ao seu método de alfabetização.

Como é natural durante qualquer período de golpe de estado, em 1964, quando o Brasil sofreu esse atentado, a maioria dos programas e campanhas educativas foi extinta, e os poucos programas que conseguiram sobreviver a essa crise limitaram-se na sua execução e sempre era revista a sua atuação. Poucos movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB), que funcionava através da instalação de escolas radiofônicas, sobreviveram ao ataque militar.

A Cruzada do ABC, idealizada em 1962, por professores pernambucanos, é outra que sobreviveu ao golpe de 64, e em 65 é implantada na capital de Pernambuco como uma experiência, expandindo posteriormente para outros estados com a ajuda do governo brasileiro, não obstante, é especificamente em 1971 que ocorre sua extinção, devido às dificuldades financeiras.

Paiva (1987, p. 273) diz que:

O objetivo inicial da Cruzada – “treinar um milhão de adultos em alfabetização básica num período de 5 anos” ou “extinguir o analfabetismo” – sempre esteve em sua atuação. Entretanto, com o desenvolvimento dos trabalhos esses objetivos se ampliaram em dois sentidos, repercutindo em sua forma de atuação. O primeiro, no sentido de reforçar o caráter comunitário do programa e de dar ênfase não apenas à alfabetização, mas também à educação continuada. O segundo, em decorrência dos convênios com os Estados e da atuação sobre a rede supletiva já existente, no sentido de montar e orientar os sistemas estaduais de educação de adultos. Assim, a organização administrativa dos serviços estaduais, a formação de técnicos e a incorporação dos métodos e técnicas pedagógicas da Cruzada nos sistemas supletivos dos Estados conveniados passaram a ser um dos principais objetivos do programa cujos promotores afirmavam desejar “ajudar os Estados, deixando-lhe uma

administração dinâmica, eficiente e tecnicamente orientada”.

A Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967 cria o MOBRAL. Inicialmente, esse movimento tinha a pretensão de coordenar, enquanto a Cruzada do ABC disponibilizou-se a executar o programa educativo. Lançado em 1970, o MOBRAL ficou com a responsabilidade de assegurar a educação dos adultos analfabetos de todo o Brasil e foi ampliado em 1970, para a sua possível sobrevivência, e mais tarde foi muito criticado no que diz respeito aos números que apresentava como resultado e por não responder às necessidades, pois a forma de dominar a escrita era muito ultrapassada. Portanto, sem muita credibilidade pelos meios sociais, foi extinto em 1985, sendo substituído pela Fundação Educar.

A Fundação Educar era apoiada por iniciativas governamentais (estados e municípios) como também ainda por entidades civis, abrindo mão, consequentemente, do controle político-pedagógico que caracterizara até então a ação do MOBRAL. Nesse período, muitos programas governamentais acolheram educadores ligados a experiências de educação popular, possibilitando, assim, reunir todos aqueles que “tinham conhecimentos e práticas desenvolvidas prioritariamente em experiências de educação não-formal com a promoção da escolarização de jovens e adultos por meio de programas mais extensivos de educação básica” (PIERRO; JOIA; RIBEIRO, 2001, p. 59).

Em 1990, a Fundação Educar foi extinta pelo presidente Fernando Collor. E, logo após a extinção, o Ministério de Educação e Cultura criou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que apontava uma proposta voltada para alfabetizar crianças, jovens e adultos. O programa foi extinto um ano depois por falta de recursos que também se originavam de entidades não-governamentais. O que todos os projetos criados e levados à falência tentaram fazer foi assegurar a todos o acesso à educação.

Portanto, a verdade inegável é a de que a acentuação das desigualdades sociais reflete-se nas condições de acessibilidade à escola. Assim é que, ao final de

tantas tentativas de alfabetizar uma massa pobre numerosa, o Brasil contava em seus censos, no ano de 1991, aproximadamente 20.000.000 de analfabetos totais ou absolutos, o que correspondia na época a 20% da população. Esse panorama se complica e se torna ainda mais vergonhoso no instante em que se presta atenção ao contingente de analfabetos funcionais.

### **A Educação de Jovens e Adultos de Fátima: proposta curricular**

A EJA representa o esforço de amenizar uma dívida social não reparada para com aqueles que não tiveram acesso a um domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela. Este era um público esquecido pela educação nacional há séculos e a eles não se dava a devida atenção, apesar das muitas tentativas de rever o ensino de adultos no país. Enfim, “ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea” (CNE/CEB, 2000).

A construção da proposta curricular para a Educação de Jovens e Adultos perpassa pela elaboração de uma identidade pedagógica específica para um público que varia, em Fátima, dentro da faixa etária dos 17 aos quase 70 anos. Por isso é que deve haver um olhar ímpar para o público que é atendido, acolhendo de fato seus interesses e necessidades de aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos construídas pelo Ministério da Educação, ao definirem as funções da educação e dos atores educacionais, evidenciam também a identidade dos cursos de EJA. Segundo as mesmas DCNEJA, é necessário que a escola assuma a função reparadora de uma realidade injusta, que não deu oportunidade e direito à escolarização a tantas pessoas. E isso supõe a elaboração de meios de segurá-las na sala de aula, pois é um público que foi afetado pela desatenção por parte de vários governos e da própria ausência de uma política pública de compensação de desigualdades sociais fortes e sólidas.

das, as quais excluem, através da falta de condições financeiras e de tempo, muitos cidadãos da escola.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 205, determina que “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No artigo 208, a Carta Magna estabelece que “o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para os que a ele não tiveram na idade própria”.

A Lei nº 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional incorporou os princípios constitucionais relativos à educação, atribuindo aos municípios a responsabilidade pela oferta prioritária de ensino fundamental, também para a Educação de Jovens e Adultos. Afirma ainda que os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, habilitando o jovem ou o adulto a prosseguir os estudos em caráter regular. Ao oportunizar a educação a todos indistintamente, a escola contempla o aspecto equalizador, ainda que muito tarde, possibilitando novas inserções no mercado de trabalho e na sociedade. Mas há ainda outra função a ser desempenhada, conforme o que pregam os Aspectos Metodológicos e Legais da EJA: a qualificadora, com apelo à formação permanente e à criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

A LDB nº 9394/96 determina também, em seu artigo 37, que a oferta de Ensino Fundamental para jovens e adultos deverá considerar as características do aluno, seus desejos e interesses, condições sociais de vida e onde e como trabalham. E na continuação do artigo, a Lei Darcy Ribeiro diz que o poder público deverá garantir e tornar possível o acesso do trabalhador à escola e estimulará sua permanência, por meio de ações integradas e complementares interdependentes. De forma geral, a escola que oferta e atende à educação de jovens e adultos precisa conhecer profundamente as singularidades dos alunos dessa modalidade da educação sob o risco de perder sua função didática, ofertando uma escolaridade que

cumpra um objetivo específico, com fins e propostas pedagógicas próprias e não como mera adaptação da escola das crianças, nem como função de suprimento de algo que os alunos não tiveram anteriormente.

Em consonância com a estrutura e a proposta da Educação de Jovens e Adultos do Município de Fátima (2006, p. 12), a Escola Anfitriã<sup>1</sup>, dentre outras atribuições:

Receberá a turma, com sala de aula adequada;

Entregará ao professor todo o material necessário para o bom andamento das aulas (cadernetas, papel de ofício, giz, apagador, outros), se precisar;

Receberá da Secretaria de Educação a merenda, bem como material para ser entregue ao corpo docente da EJA, bem como educandos;

Entregará no final do ano letivo, cópias das Atas de resultados finais dos alunos;

Entregará no início do ano letivo, os dados dos alunos (nome, data de nascimento, série de egresso, outros);

Terá uma equipe para acompanhar a coordenação municipal nas visitas (coordenador (a) pedagógico (a), diretor (a) e ou supervisor (a));

Comunicará alterações nas turmas;

Regulamentar o curso da EJA, junto ao CME, conforme Parecer e Resolução do CME nº 002/06; e

Manter regularizado todo o processo de escrituração e documentação do aluno.

Conforme a pesquisa realizada, os alunos do município de Fátima que freqüentam os cursos de educação de jovens e adultos vivenciam ou vivenciaram múltiplas experiências em função das localidades em que residem, das diferentes influências étnicas e culturais que sofreram e também devido a questões individuais e familiares. “O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela”, conforme Freire (1979, p. 87).

### **O abandono na educação de jovens e adultos na cidade de Fátima, Bahia**

Garantir ensino fundamental gratuito e público à população jovem e adulta é dever do Estado e direito público subjetivo dos cidadãos, consagrado na Constituição Federal e leis complementares, independentemente de idade, gênero, etnia, condição socioeconômica, convicção religiosa, política e cultural. Cabe às três esferas de governo assegurar de forma articulada a efetivação do direito social à educação mediante a definição legal de competências, o planejamento plurianual de metas e a divisão das respectivas responsabilidades.

O desenvolvimento da EJA enseja o estabelecimento de parcerias entre os segmentos governamentais, não-governamentais e instituições de ensino superior, parcerias estas fundadas no respeito mútuo, na solidariedade e na ética. Os governos devem considerar e apoiar iniciativas da sociedade civil que tenham caráter público e gratuito e se orientem pelos valores da democracia e da cidadania.

Em conformidade com Jane Paiva et al. (2006, p. 97):

Resguardada a responsabilidade pública na manutenção e desenvolvimento da EJA o financiamento por organismos governamentais de programas desenvolvidos em parceria com organizações de sociedade civil constituem procedimento legítimo, desde que baseado em critérios democrática e publicamente definidos pela Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos.

O princípio da gestão democrática deve permear as políticas, instituições e programas de Educação de Jovens e Adultos, contemplando a institucionalização de conselhos e outras formas de participação de organismos da sociedade civil na definição de diretrizes político-pedagógicas, no acompanhamento e avaliação das ações em andamento, bem como na definição de critérios de distribuição e na fiscalização da aplicação de recursos públicos. Os organismos promotores do programa, as unidades

escolares públicas e centros educativos organizados pela sociedade civil constituem os espaços vitais da ação educativa com jovens e adultos, devendo-lhes respeitar a autonomia. Enfim, a construção democrática de um trabalho educativo coletivo, eficiente e de qualidade requer a implementação de uma gestão participativa que assegure autonomia, liberdade e co-responsabilidade dos diversos agentes.

As exigências da sociedade contemporânea impõem à EJA alcançar novas dimensões, propiciando a formação integral do ser humano e a consciência de suas potencialidades como ser criador, de modo a assegurar o acesso aos bens culturais, aos meios de preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável, aos conhecimentos científicos e tecnológicos necessários à participação social e inserção no mundo do trabalho.

Concebendo o conhecimento como uma construção social fundada na interação entre teoria e prática, e o processo de ensino-aprendizagem como uma relação em que predomina a troca de saberes, os currículos da EJA devem abordar os conteúdos básicos desde os princípios da educação popular em uma perspectiva interdisciplinar. (PAIVA, 2006)

Por fazer parte da educação básica, a Educação de Jovens e Adultos deve articular-se às ofertas educativas destinadas às crianças e adolescentes, preservando sua identidade político-pedagógica e especificidades nos planos conceitual e metodológico. Algo que merece destaque aqui é o que faz referência à heterogeneidade sociocultural dos indivíduos de EJA, à diversidade de suas demandas educativas e de suas condições de estudo e aprendizagem requerem respeito às especificidades das zonas urbanas e rurais e à pluralidade cultural, de gênero, étnica e religiosa da população alvo do programa de alfabetização e formação de jovens e adultos.

### **Dados gerais da pesquisa sobre o abandono da EJA**

Para conseguir atingir os objetivos elencados por esta pesquisa, o presente trabalho seguiu a abordagem qualitativa da pesquisa em educação. Segundo

Oliveira (2007, p. 37), a abordagem qualitativa ou pesquisa qualitativa dentre seus diversos significados, pode ser conceituada como “um processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação”.

Durante a coleta dos dados, utilizamos o procedimento da análise documental. Quanto aos sujeitos da pesquisa, serão as turmas de Educação de Jovens e Adultos do município de Fátima, totalizando 378 discentes, dos quais 63 estão matriculados na escola laboratório desta pesquisa. Esses dados são do ano letivo de 2008, conforme o censo escolar.

Assim, consideramos que, como Duarte (2002, p. 143), numa pesquisa de abordagem qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro da pesquisa nem sempre pode ser determinado “a priori” – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações.

A coleta dos dados dar-se-á por meio da observação que é um importante método que “possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 26). Assim, a observação participante será utilizada associada às demais técnicas adotadas pelo estudo com o intuito de manter uma maior aproximação entre pesquisador, sujeitos da pesquisa, objeto da investigação no decorrer da coleta dos dados.

A análise documental permite levantar informações nos documentos com base nos questionamentos que pretendem ser respondidos com a investigação. Segundo Ludke e André (1986), os documentos fornecem subsídios que podem fundamentar as inferências que serão apresentadas pelo pesquisador. Dessa forma, analisaremos documentos como as atas de resultados finais, a proposta municipal de educação de Fátima, e outros documentos que venham a favorecer a pesquisa.

Os alunos jovens e adultos da EJA da Escola Floriano Peixoto, segundo os dados da pesquisa de campo efetivada, constituem, do ponto de vista socioeconômico, um grupo relativamente homogêneo, pois

fazem parte de classes populares, cuja condição de vida, muitas vezes, é precária, em que a necessidade de trabalho é determinante. Os alunos de EJA envolvem-se em serviços que exigem pouca escolaridade e muito do tempo disponível é dedicado a essas e outras funções como o serviço de doméstica ou mesmo de trabalhador rural, este último é fator crucial para o afastamento temporário da vida escolar, e, às vezes, definitivo, pois necessitam trabalhar para sustentarem as famílias.

Estes alunos fazem parte de uma população incorporada à educação de adultos recentemente. Sucessivas reprovações ou evasões os incluem no rol considerado daqueles que não puderam ou tiveram oportunidade de cursarem, na idade correta, a série exata, daí a famosa e conhecida expressão de correção da “idade-série”. Pode-se observar que os alunos jovens estão mais interessados nas questões do “mundo urbano”, em especial, nas que se referem ao trabalho e ao lazer e, sobretudo, desejam ferozmente aprender tudo aquilo a que não tiveram acesso, como o conhecimento de todas as disciplinas.

Segundo Moscovici (1998, p. 27):

Nesse contexto, o trabalho com temas transversais, como *pluralidade cultural, ética e cidadania*, é uma forma produtiva e enriquecedora, em que a diversidade de pontos de vista seja tematizada, discutida e estudada por alunos e professores, contribuindo para a formação da cidadania. Convém ainda destacar que o tratamento de questões sociais urgentes é também necessário, considerando-se o fato de que esses jovens e adultos já participam ativamente da comunidade em que vivem e podem colocar em prática o que aprenderem sobre participação social e política, sobre reivindicações de seus direitos como cidadãos etc.

### **Análise dos dados**

Além da escola que oferta a EJA, o profissional que vai lidar diretamente com este público é de

suma importância para desenvolver as competências e as habilidades específicas da clientela. Em conformidade com os educadores de jovens e adultos observados e pesquisados para este trabalho, o profissional da EJA deve possuir as características como a capacidade de solidarizar-se, a disposição de encarar dificuldades dos senhores e senhoras como desafios profissionais que o magistério coloca à sua frente, a confiança na capacidade de todos em aprender e ensinar, suas expectativas, sua cultura, as características e problemas de seu cotidiano, e suas necessidades reais de aprendizagem.

Também é uma responsabilidade importante dos educadores de jovens e adultos favorecerem o acesso dos alunos a materiais educativos como livros, jornais, revistas, cartazes, textos, apostilas, vídeos, etc. Com essa atitude pedagógica, o professor de EJA estará considerando tudo que está em volta dos alunos, pois estes são desfavorecidos financeiramente e, por isso mesmo, têm pouco ou nunca tiveram acesso a essas fontes de informação extra-escolar.

São deveres do educador de jovens e adultos, consoante os aspectos metodológicos e legais do município de Fátima para a EJA (2006, p. 14):

- Elaborar seu plano anual, bimestral e diário;
- Participar das reuniões com a coordenação municipal;
- Participar das reuniões solicitadas pela direção da escola em que ele está inserido;
- Ser assíduo e pontual nas aulas e reuniões;
- Realizar avaliações seguindo os critérios das fichas descritivas;
- Ser criativo e pesquisador;
- Compreender a realidade local e trabalhá-la;
- Valorizar a realidade do aluno; e
- Ser companheiro e professor.

Se a educação pretende estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que trate de questões que interferem na vida dos

alunos e com as quais se vêem confrontadas no seu dia-a-dia. Assim, pode-se dizer que um dos objetivos da educação escolar é que os alunos aprendam a assumir a palavra enunciada e a conviver em grupo de maneira produtiva e cooperativa. Dessa forma, são fundamentais as situações em que possam aprender a dialogar, a ouvir o outro e ajudá-lo, a pedir ajuda, aproveitar críticas, explicar um ponto de vista, coordenar ações para obter sucesso em uma tarefa conjunta. Como diz Freire:

A educação é o caminho pelo qual homens e mulheres podem chegar a tornar-se conscientes de si próprios, de sua forma de atuar e de pensar, quando desenvolvem todas as suas capacidades considerando não apenas eles mesmos, mas também as necessidades dos demais. (1993, p. 49)

No município de Fátima, o desenvolvimento da proposta curricular da educação de Jovens e Adultos dá-se na busca, primeiramente, pelo público-alvo, que, muitas vezes, renega-se à participação sem ao menos experimentar o retorno para a sala de aula. Do total dos alunos fatimenses que fazem parte da EJA que estudaram no ano letivo de 2008, 51% de pessoas do sexo feminino e 49% do sexo masculino. Com relação à faixa etária do grupo, a maioria está entre 28 a 60 anos.

Quanto ao estado civil, o maior percentual é de solteiros (49%), havendo 21% de casados; 6,5% de separados e 23,5% são compostos de viúvos. Quanto ao número de filhos, 70% possuem de 1 a 2. Sobre as eventuais mudanças de residência desses alunos, geralmente apontadas como um dos fatores de abandono e de repetência, observou-se que os percentuais são significativos especialmente entre as mulheres separadas e/ou viúvas com mais de 40 anos e que trabalham o dia inteiro na zona rural na época da limpeza do solo, do plantio e da colheita.

Este tema do trabalho traz em si a informação de que boa parte deles começou a trabalhar exatamente na faixa etária que vai dos 9 aos 14 anos, ou seja, aquela que coincide como período da vida em

que eles deveriam estar cursando as séries finais do Ensino Fundamental, como eles mesmos comentam. É importante observar que os percentuais dos que começaram a trabalhar com menos de 10 anos são bastante significativos.

Foi feita uma pergunta informal aos alunos acerca do uso dos conhecimentos adquiridos na escola na efetivação do trabalho e a resposta foi espantosa. Essa resposta foi complementada pela indicação dos tipos de conhecimentos que utilizam. Vale destacar que, embora se trate de uma questão livre, as respostas fizeram referências a aspectos muito semelhantes, variando apenas em ordem de importância. Os conhecimentos adquiridos na escola que foram evidenciados são: educação (comportar-se na sociedade); escrita; leitura; matemática.

Analisando a idade com que, pela primeira vez, foram à escola, a pesquisa de campo detectou que a maioria ingressou na faixa entre 10 e 13 anos e poucos freqüentaram a educação infantil ou pré-escolar em virtude de os pais não quererem, pois estes achavam que a escola ‘ensinava coisas do mundo’, portanto, era melhor ir para a roça, mesmo assim muitos deles iam para a escola sem o consentimento dos pais, e quando chegavam em casa eram surrados por tal desobediência.

O que ficou claro é que o adulto analfabeto que nem chegou a freqüentar uma escola ou aquele que deixou os estudos logo no início do processo de escolarização, em sua grande maioria, o fez para poder trabalhar e em sua identidade carrega a marca de uma auto-estima reduzida devido aos valores que a sociedade lhe impõe. Diante da falta de vivência dos níveis de cognição da população escolarizada, esse adulto carrega consigo o estigma de “quanto mais velho menos se aprende” (PALLACIOS, 1995, p. 308). Dentre os motivos que levam o jovem ou o adulto à interrupção dos estudos, o mais indicado foi “ter que trabalhar” ou até mesmo problemas com os esposos que não querem as companheiras estudando e eles em casa cuidando dos filhos. Na seqüência, eles citaram mudança; falta de interesse pelo estudo; cansaço; sono; problemas familiares, casamento; gravidez; problemas financeiros, baixa visão.

Piconez (2006, p. 27), quanto à elaboração de soluções, diz, veementemente:

Pensar soluções para tais problemas passa pela questão da cidadania, entendida como participação crescente na vida social, política e econômica do país. Nessa perspectiva, é imprescindível que a escola tenha condições compatíveis com sua função de dar acesso aos conhecimentos culturalmente descobertos e acumulados pelo homem, estabelecendo uma organização pedagógica consoante com os conhecimentos prévios de seus alunos e do contexto em que vivem.

Perguntados sobre com quantos anos voltaram a estudar, após terem interrompido os estudos, obteve-se exemplo como o da senhora Maria José Vieira (54 anos) que retornou aos bancos escolares depois de 32 anos, e como o exemplo do senhor Hamilton Ferreira (65 anos), que voltou para aos estudos depois de 25 anos. Na contramão desses dois exemplos, encontramos jovens dentro de uma faixa etária inferior aos 21 anos. Dentre os motivos pelos quais voltaram a estudar, embora tenha sido feita uma questão aberta, as respostas foram bastante semelhantes e passíveis de serem interpretadas da seguinte forma: aprender mais; arrumar trabalho; concluir estudos e o que mais se destacou foi o de arrependimento de ter parado.

Na Proposta Curricular do MEC (2001, p. 68), foi dedicado um tópico específico para o “acolhimento” do aluno da EJA, já que ele precisa sentir-se bem dentro da escola:

Para retornar à escola, jovens e adultos têm que romper barreiras preconceituosas, geralmente transpostas em função de um grande desejo de aprender. No entanto, essa disposição para aprendizagem precisa ser alimentada por uma prática pedagógica que garanta condições para que prevaleça essa atitude positiva frente aos estudos.

Vem à tona, então, a necessidade de que o ensino seja comprometido com a aprendizagem, que possibilite ao aluno responder aos problemas de seu dia-a-dia e isso sem desconsiderar a situação real do aluno da EJA. Segundo as lições de Paulo Freire, a escola só poderá conseguir atuar dessa maneira, na medida em que superar a concepção bancária e depositária da educação, onde a relação educador-educando seja paralela e simultânea. Além do que se viu na Proposta Curricular para a EJA observa-se a problemática de como tem sido amplamente diagnosticada a permanência dos alunos da Educação de Jovens e Adultos na escola é hoje um dos grandes problemas a serem enfrentados por todos na educação brasileira. Embora as causas da não permanência sejam múltiplas, cabe enfatizar entre elas a falta de acolhimento dos alunos, ou seja, um tratamento especial pela escola, uma vez que, de certo modo, esse fator condiciona os demais.

A falta de acolhimento especial é originada muitas vezes pelo fato de a escola não reconhecer a heterogeneidade dos alunos a serem atendidos, portanto, é urgente, primeiramente, uma postura de implantação de Projeto Político-Pedagógico específico, e segundo, a efetivação de uma parceria com órgãos governamentais como prefeituras e não-governamentais como a sociedade para que se criem condições reais e assim os jovens e adultos sejam atraídos pelas quatro paredes da escola, evitando-se, dessa forma, os altos índices de abandono por parte desse público tão especial, apesar de já ter sido incluído na educação regular através do FUNDEB.

É claro que os alunos jovens e adultos compõem uma parte ímpar dentro da educação, com características específicas, pois muitas vezes estão inclusos no mundo do trabalho, no mundo familiar e apresentam experiências pessoais e participação social diferenciadas da infantil, e por essas inserções sociais e políticas na sociedade são um poço de habilidades dentro da escola, exigindo o cumprimento de direitos e a efetivação dos deveres por parte dos colegas que ficam atrapalhando as aulas e, portanto, sua aprendizagem.

Conforme Paiva et al (2004, p. 130-1):

A ressignificação da EJA, tendo em vista essas características [vistas até agora], demarca que ela se refere não a todos os adultos, mas a adultos marginalizados, assim como deve ser realizada em espaços – casas de cultura, comunitárias, sindicatos, etc. – e em tempos distintos, adequados às particularidades desses adultos.

O professor desse público da educação de jovens e adultos deve estar preparado metodologicamente para saber atendê-lo e acolhê-lo de maneira correta. Pressupõe-se, então, que a forma de atendimento deste aluno requer compromisso político com a educação, manifestado em várias medidas concretas que, embora não sejam de responsabilidade exclusiva das escolas, precisam também ser assumidas por elas. Esse é outro ponto polêmico dentro da Educação de Jovens e Adultos: formação específica e as bases salariais como fatores para o abandono escolar dentro da EJA na cidade de Fátima. A formação inicial e continuada de professores de jovens e adultos, realizando concursos públicos específicos para professores com qualificação na área são necessidades reais quando se analisa a realidade contextual da educação de jovens e adultos e os profissionais que se vêem relegados a tal função pedagógica complicada, pois não é fácil.

Ressalte-se aqui o significado das condições salariais precarizadas e a própria posição social marginalizada dos educadores de jovens e adultos, cuja formação vem sendo, por vezes, feita à parte da formação dos demais educadores. Em suma, a educação de jovens e adultos ocorre num cenário de desafios que exigem uma concepção de educação para além da escolarização formal. Ela exige novos destinos e rumos, quer uma educação sustentada na construção do conhecimento, que aponte para a resolução de problemas, para aprendizagem, que insista na reflexão permanente sobre a prática.

Enfim, as Secretarias de Educação têm que escolher os professores de forma a pensar somente em manter os jovens e adultos na sala e, assim, fazer com que eles consigam criar um laço que os una pelo

poder da aprendizagem significativa. A responsabilidade ética é inalienável quando se tomam decisões que irão afetar profundamente outras pessoas. Não há justificativa moral para a inexperiência, a ignorância ou a irresponsabilidade, mesmo inocentes ou intencionais, que não avaliam as conseqüências danosas e, muitas vezes, irreversíveis, de atitudes ou técnicas que são empregadas com seres humanos (MOSCOVICI, 1998).

O professor, nesse contexto, assume papel importante para os alunos da EJA, e a maneira como se relaciona com eles é fundamental, pois trata-se de seres inacabados e incompletos no que tange à escolaridade que foi interrompida pelo abandono em busca de trabalho ou outros motivos também de grande peso em decisões como a que se está analisando aqui. Destaque-se que esses jovens e adultos estão buscando continuamente seu aperfeiçoamento, embora já estejam numa faixa etária muito avançada. Mas, como diz Freire (*Apud* Tranjan, 1999, p. 96), “quem não é capaz de amar os seres inacabados não pode educar.”

O adulto é um sujeito em processo, tem características próprias, o que o diferencia da criança. No processo de formação desse ser, é impossível não considerar primeiramente a sua história e, a partir daí, buscar ações para o seu desenvolvimento, seja ele, pessoal ou comunitário. Portanto, identificar as causas, conhecer a realidade dos alunos e analisar as práticas na sala de aula são tarefas fundamentais.

E aqui se note que quando o professor não dá ouvido aos problemas e anseios que os discentes enfrentam em seu dia-a-dia, estes abandonam por pensarem que a escola não tem a função de ouvi-los e acalentá-los. E este é um dos inúmeros motivos pelos quais o índice de abandono da escola laboratório analisada ser tão alto. A educação de jovens e adultos, por tudo isso, é um campo de práticas e reflexão que transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Isso porque abarca processos formativos diversos dentre os quais podem ser incluídos o desenvolvimento comunitário, a formação política, e outras questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. É nesse espaço de aprendizagem e de sociabilidade do ser huma-

no adulto, onde ele se organiza e mantém as suas relações sociais.

Estes espaços, muitas vezes constituídos de *famílias de condições precárias e sub-humanas*, carregadas de preconceitos, deixam os indivíduos desmotivados para a busca de novas perspectivas. Esse parece ser um dos motivos do elevado índice do abandono na Escola Municipal de 1º e 2º Graus Floriano Peixoto, em Fátima. Por isso, o trabalho pedagógico há de ser em conjunto entre todos os envolvidos no processo educativo, respeitando-se os interesses individuais e os ritmos diversificados de cada um, considerando que a educação acontece na escola como também fora dela.

Freire (2000, p. 67), ao comentar sobre a alfabetização de jovens e adultos, delineou perfeitamente a situação em que se encontravam as classes de EJA de São Paulo:

Em São Paulo, a população de adultos e jovens não-alfabetizados se constitui, na sua maioria, de migrantes vindos dos estados mais pobre do Norte, Nordeste e também da zona rural do interior de São Paulo e Minas Gerais. São pessoas que vivem de modo geral de subemprego ou que se dedicam a profissões que não exigem habilitação específica. Assim sendo, seu nível de renda é muito baixo, insuficiente até para a satisfação de necessidades básicas como alimentação e moradia. Provavelmente habitam em favelas, cortiços e nas ‘autoconstruções’ da periferia [...]

Por essa razão, professores e alunos devem tomar consciência do grande alcance dos processos informais de educação e que os levem em consideração ao desenvolverem suas atividades, buscando coerência entre o dizer e o fazer, entre o pensar e o agir, entre o sentir e o falar. Neste sentido, a escola pode-se transformar em um centro de produção de cultura e conhecimento e não apenas num espaço de reprodução. Dessa forma, a *prática pedagógica* utilizada pela escola é ponto chave para assegurar ou não a

permanência dentro dela. O que para Pinto, (2000, p. 73), “(...) a diferença do procedimento pedagógico se origina da diferença do acervo cultural que possuem a criança e o adulto no momento em que começam a ser instruídos pela escola.”

Assim, os professores que ingressam na educação de jovens e adultos precisam refletir com relação aos pressupostos teóricos metodológicos utilizados por ele, como também assumir uma postura de pesquisador do mundo da aprendizagem de um adulto, e não apenas adentrar a sala de aula e lecionar como se estivesse com crianças e adolescentes no ensino regular, como aponta Romão, “para não ficar apenas no cotejo dos conteúdos escolares e os códigos culturais locais e sociais, necessita-se entender a reflexão sobre todas as relações do professor com o aluno”, (2000, p. 69). Mediante esta situação, a EJA deve ser pensada como um modelo pedagógico próprio, com o objetivo de criar situações de ensino-aprendizagem adequadas às necessidades educacionais de jovens e adultos mantendo-os dentro dos muros da escola e evitando, conseqüentemente, o abandono, como o que ocorre em todos segmentos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Floriano Peixoto.

Embora o abandono escolar ainda seja um problema no ensino fundamental da escola e do município apresentados, principalmente, no turno noturno, o número de alunos que abandonam o ensino da Educação de Jovens e Adultos chama mais a atenção, chegando, atualmente, a espantosos 50% ou até mesmo 60%. Segundo o censo escolar 2006 do município, dos 416 alunos matriculados na EJA em todo o município, 212 abandonaram, ou seja, isso representa um pouco mais de 50%; daquele total, 146 foram aprovados e 58 reprovados.

A alta da evasão escolar no ensino obrigatório e, sobremaneira, no ensino da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de 1º e 2º Graus Floriano Peixoto, também está associada a questões como o freqüente desestímulo por parte da família do jovem e do adulto em relações aos estudos e, obviamente, porque as políticas públicas assistencialistas como o bolsa renda, vale-gás e outros não atingem ainda, vale destacar, essa clientela necessitada. Dos 90 alunos matriculados e que estudam regularmen-

te na escola supracitada, 34 foram aprovados, 16 reprovados e 40 abandonaram, o que comprova o alto índice de abandono, exatamente 50%. E isso se repete nas demais escolas da rede municipal. Deste total que evadem, 28 são do sexo masculino e 12 do sexo feminino.

O número de abandono por faixa etária mostra uma outra realidade bem como uma outra problemática. Dos 15 aos 20 anos, são 16 os que abandonaram; dos 21 aos 30 anos, esse cai para 10 evadidos; dos 31 aos 40 anos, são apenas 6; já na faixa etária dos 41 em diante são 8. Esses dados revelam que, na verdade, o número de abandono escolar é muito maior dentre os jovens com no máximo 30 anos, o contrário do que mostram os dados dos alunos na faixa etária dos 30 em diante.

Quando vamos analisar o número de abandono por segmento I e II, vemos o seguinte: 23 pertencem ao segmento I e 17 ao segmento II. Isto mostra que aqueles jovens e adultos que estão cursando as primeiras séries da educação fundamental não aceitam estarem numa idade avançada e evadem. No caso do segundo grupo, a diferença não chega a ser gritante, porém, é fator de repensar as práticas didático-pedagógicas e os rumos que os educadores e comunidade querem que a Educação de Jovens e Adultos trilhe. Em relação ao segmento I, dos 23, 10 são do sexo masculino e 13 do sexo feminino, em contrapartida, no segmento II há uma certa equiparação, pois dos 17, 09 são do sexo masculino e 08 do sexo feminino.

O que acontecia no passado e que entrava nos dados de evasão era o que se reconhecia por repetência antecipada. Por exemplo, o aluno, nos meses de setembro, outubro, abandonava a escola porque sabia, baseado nas médias conseguidas, que não ia passar de ano. Hoje, frente a esse problema de evasão desmedida dentro da EJA, a comunidade escolar deve pensar e construir um novo tipo de progressão escolar e, claro, alicerçar e estimular o advento de novos modelos de avaliação específicos para esse público, dessa forma, amenizar os altos índices de abandono, quando não, fazê-lo desaparecer.

Nessa nova onda da Educação de Jovens e

Adultos no município de Fátima, houve uma significativa queda de matrículas no ensino médio regular na rede estadual de ensino. Os principais motivos são a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o ensino profissionalizante ofertado por municípios como Cícero Dantas e Ribeira do Pombal. No Brasil, a procura pelo ensino técnico profissionalizante cresceu 10,6% em 2005. Já a EJA, apesar de ter apresentado um decréscimo de 1,8% nas matrículas no ano passado no país, também absorve parte dos alunos que procuram por um ensino médio com duração mais curta, de 2 anos ou menos, cuja oferta maior é no período noturno. É importante lembrar que esse decréscimo nacional é relativo devido ao grande aumento de matrículas na EJA nos anos anteriores. Quanto à rede municipal de educação, deve-se dizer a procura pela EJA cresceu substancialmente, porém, ainda não há dados referentes a essa informação.

As turmas de EJA, como se afirmou anteriormente apresentam alto índice de evasão, pois é fato e corriqueiro ouvir dos alunos que o trabalho, às vezes, começa a cansá-los para os estudos e depois se evadem, acham que começam a gastar muito com transporte, às vezes, mudam de emprego, passam a trabalhar à noite, ou os parceiros não aceitam tal situação. Além dos fatores sociais, o ambiente escolar também é responsável pelas evasões em massa. Professores desmotivados devido aos baixos salários e à falta de oportunidade para aperfeiçoamento não favorecem a permanência dos estudantes em sala de aula, pois os mestres vêem-se inertes metodológica e didaticamente quanto ao ensino da Educação de Jovens e Adultos.

### Considerações Finais

É próprio do ser humano o impulso de conhecer o mundo e transformar a realidade. Todas as pessoas têm, em qualquer idade, capacidade, necessidade e direito de ampliar seus conhecimentos e partilhar do acervo cultural, científico, tecnológico e artístico construído pela humanidade. A necessidade que os indivíduos têm de rever e organizar os fundamentos

de sua cultura acentua-se em um mundo em permanente transformação.

Para que o Brasil alcance níveis de desenvolvimento compatíveis com as necessidades e interesses das camadas populares, urge que, ao lado de mudanças estruturais no âmbito socioeconômico, sejam implementadas medidas visando transformar os processos de aquisição e desenvolvimento das capacidades humanas. O processo de construção e consolidação da democracia por que passa o nosso país exige de seu povo a consciência crítica do momento histórico.

Sabe-se que a educação é direito de todos e sua universalização é necessária, devendo ser assegurada por políticas de acesso e permanência na escola. A EJA constitui um dos meios pelos quais a sociedade pode satisfazer as necessidades de aprendizagem dos cidadãos, equalizando oportunidades educacionais e resgatando a dívida social para com aqueles que foram excluídos do sistema escolar. Compreendida como processo de formação continuada dos cidadãos jovens e adultos, a EJA deve, pois, configurar-se como dever do Estado e receber o apoio da sociedade organizada.

Todos os anos, alguns milhões de homens e mulheres brasileiros matriculam-se em escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA) no intuito de reaver e recuperar os anos que viveram distante da escola. São chefes de família, homens e mulheres trabalhadores da informalidade e, muitas vezes, desempregados que tiveram sua vida passada manchada pelas marcas da exclusão social e pelo abandono.

A altíssima taxa de abandono das escolas da rede municipal de Fátima está longe de ser diminuída ou menos solucionada. No lócus da pesquisa, a média de evasão da EJA é de 53%, conforme mostraram os dados coletados do ano de 2008, enquanto no Brasil, este índice chega a 42%. Nosso trabalho sobre os motivos do abandono descobriu que mais de 30% dos alunos queixam-se do horário de início da aula.

Viu-se que, por ser fundada nos valores da democracia, da participação, da equidade e solidariedade social, a EJA deve permitir aos alunos mudar a qualidade de sua intervenção na realidade. Seu objetivo primeiro é, pois, a construção

de novas formas de participação e de exercícios plenos e conscientes dos direitos de cidadania. A formação para o trabalho, entendida como uma das dimensões da educação de jovens e adultos, deve articular-se à educação geral e atender aos fins da educação nacional.

Este trabalho concluiu que dentre os muitos problemas que aumentam consideravelmente o abandono, pode-se citar o material didático-pedagógico utilizado, os quais que não condizem com o público que o usa e nem possui diferenças essenciais quanto os dos alunos das séries regulares. Além disso, problemas familiares, no caso das mulheres casadas, os maridos não aceitam que estudem, o horário do trabalho, a falta de estímulo e de saber o que ensinar aos alunos quanto aos professores. Enfim, é necessário que haja uma reorganização das classes de Educação de Jovens e Adultos em todos os âmbitos e isso implica elaboração de livros específicos e aplicação de uma política pública de formação de professores.

#### Nota

- <sup>1</sup> Esta expressão foi a utilizada dentro da proposta do Município de Fátima, estado da Bahia, para a EJA, equivalendo, enfim, a qualquer escola que ofereça essa modalidade de ensino.

#### Referências Bibliográficas

- BRASIL. Constituição Federal da República do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, MEC, 2001.
- DI PIERRÒ, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. In: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001, 58-77.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 139-154, mar., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a05n115.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2010.
- FATIMA. **Educação de Jovens e Adultos**: aspectos metodológicos e legais do Município de Fátima-BA. SMEC, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho D'água, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A educação na cidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Conscientização**: teoria e prática da liberdade: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Métodos de coleta de dados: observação, entrevista e análise documental. In: \_\_\_\_\_. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.
- MOSCOVICI, Felá. **Desenvolvimento interpessoal**: treinamento em grupo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998. p. 24-31.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- PAIVA, Jane; MACHADO, Maria Margarida; IRELAND, Timothy. (Orgs.). **Educação de Jovens e adultos**: uma memória contemporânea, 1996-2004. Brasília: UNESCO, MEC, 2006.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- PALLÁCIOS, Jesus; COLL, César; MARCHESI Álvaro, (Orgs.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: Psicologia Evolutiva. Vol.1. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- PICONEZ, Stela C. Bertholo. Ed. 5. **Educação escolar de jovens e adultos**. Campinas, SP: Papirus, 2006. (Coleção Papirus Educação).

- PINTO, Álvaro. V. **Sete lições sobre a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2000, pp. 79-89.
- ROMÃO, J. E. Educação de jovens e adultos: problemas e perspectivas. In: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e adultos**. São Paulo: Cortez, 2000.
- TRANJAN, R. A. **Não durma no ponto**. São Paulo: Gente, 1999.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

**Sobre os autores:**

**Joaquim Cardoso da Silveira Neto:** Mestrando em Letras pela Universidade Federal de Sergipe; Especialista em Metodologias de Ensino para a Educação Básica pela mesma universidade; Professor da rede pública estadual da Bahia e municipal de Fátima/BA.

**E-mail:** joaquim.lettras@hotmail.com

**Maria Cleonice Nunes de Andrade:** Especialista em Metodologias do Ensino para Educação Básica pela Universidade Federal de Sergipe; Educadora Social da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Aracaju; Professora da rede Municipal.

**E-mail:** lillyca25@hotmail.com